



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO VI - Número 69
Brasília, 10/10/2011

Mulheres em Pauta

"Os 100 anos do dia Internacional da Mulher"

Esse foi o título do artigo escrito pela ministra Nilcéa Freire, da SPM, ao Globo Online no dia 8 de março. O artigo trata sobre temas como saúde da mulher, trabalho doméstico, licença maternidade, educação e, chama a atenção para os esforços que vêm sendo envidados para a erradicação da violência contra a mulher, como a sanção da Lei Maria da Penha. No texto, Nilcéa Freire afirma que a igualdade entre homens e mulheres é um processo em permanente construção e que as lutas e as conquistas que permeiam o centenário da data merecem reflexão. [Leia a íntegra do artigo.](#)



Pronunciamento

No Dia Internacional da Mulher, a ministra Nilcéa Freire fez um pronunciamento em rede nacional onde destacou a importância da data e as realizações da SPM, nesses sete anos de existência, em prol dos direitos das mulheres.

[Acesse aqui o pronunciamento.](#)



Centenário do Dia Internacional da Mulher I



Foto: Helder Moraes Eduardo



Com o lema "Mais autonomia, mais cidadania e menos violência para as mulheres brasileiras" a SPM comemorou o centenário do Dia Internacional da Mulher - dia 8 de março -, na Estação Ferroviária Leopoldina, no Rio de Janeiro. Uma extensa programação cultural como exposições, desfiles, filmes e shows marcaram a data. Cerca de 7 mil pessoas participaram da festa que foi realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, o Governo e a Prefeitura do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM).



Centenário do Dia Internacional da Mulher II

AGENDA

Eleições do CNDM I

As eleições do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) para preenchimento de 21 vagas estão abertas até 9 de abril. A renovação das conselheiras é para o triênio 2010-2013 e a eleição acontece entre os dias 26 e 30 de abril. O processo de renovação tem duas etapas: a primeira para a habilitação das entidades e a segunda para a seleção, por votação, daquelas consideradas habilitadas para o pleito, de acordo com os seguintes pré-requisitos: compartilhar os princípios da Política Nacional para as Mulheres aprovados na I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; atuar na mobilização, na organização, na promoção, na defesa ou na garantia dos direitos das mulheres há pelo menos dois anos; atuar no mínimo, em sete estados e em duas macro-regiões.

Eleições do CNDM II

Podem se candidatar: redes e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres ou organizações de caráter sindical, associativa, profissional ou de classe que atuem na defesa da democracia e na promoção da igualdade social e dos direitos das mulheres. Para as redes estão reservadas 14 vagas e sete para as organizações de caráter sindical, associativa, profissional ou de classe, que deverão ser, obrigatoriamente, representadas por suas instâncias de mulheres. O processo seletivo será coordenado pelo CNDM, por meio da Comissão de Validação das Candidaturas e a posse das novas conselheiras ocorre até 5 de junho, quando termina o atual mandato. Mais informações no site www.spmulheres.gov.br



Reformulação do CNDM

Este será o segundo mandato do CNDM desde a reformulação ocorrida em 2008, quando o Decreto 6.412, de 25 de março de 2008, dispôs sobre a composição, estrutura, competências e funcionamento do órgão. A partir dele, o Conselho ampliou sua composição, passando a contar com 40 integrantes, sendo 16 representantes do Poder Público Federal; três

mulheres com notório conhecimento das questões de gênero a serem indicadas pelo Pleno do CNDM; e 21 representantes de entidades da sociedade civil, de caráter nacional, escolhidas por meio de votação por um colégio eleitoral formado por representantes das entidades habilitadas a uma vaga no Conselho. Além de dispor sobre a nova composição e estabelecer um processo seletivo mais estruturado e transparente, o Decreto 6.412 recuperou o caráter deliberativo do CNDM, no âmbito de suas atribuições, conforme a lei original que o criou (Lei 7.353 de 29 de agosto de 1985).

CALENDÁRIO DA SELEÇÃO PÚBLICA

22/02 - Lançamento do Edital de Seleção

22/02 a 09/04 - Inscrição de Candidaturas junto ao CNDM (Postagem dos documentos)

14 a 16/04 - Avaliação das candidaturas pela Comissão de Validação das Candidaturas

19/04 - Divulgação da lista das entidades candidatas habilitadas para o processo de votação

20 a 22/04 - Prazo para recursos

26 a 30/04 - Eleição para a escolha das entidades da sociedade civil que integrarão o CNDM

04/05 - Publicação dos resultados no site da SPM

05 a 20/5 -

Apresentação dos nomes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do ato solene no qual assinou o Decreto de criação grupo de trabalho para elaborar o projeto de implantação do Memorial da Mulher Brasileira. O espaço funcionará como um museu interativo com os registros da participação das mulheres em episódios da história do país e provavelmente terá sede no município do Rio de Janeiro. Em seu discurso, Lula destacou o trabalho realizado pela SPM e pela ministra Nilcéa Freire. Durante a solenidade, uma cápsula do tempo com um dossiê sobre a situação atual da mulher no Brasil foi lacrada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pela ministra Nilcéa Freire. O documento, assinado por ativistas do movimento feminista, será aberto daqui a 50 anos. O objetivo da cápsula é servir de documento histórico para que as pessoas, no futuro, conheçam a situação atual da mulher no Brasil e possam comparar se houve avanços na igualdade de gênero no país.



Foto: Helder Moraes Eduardo

das Conselheiras
representantes das
entidades eleitas
21/05 - Publicação dos
nomes das/os integrantes
do CNDM no Diário Oficial
da União.

Acesse na íntegra:

[Edital para entidades](#)
[Decreto 6.412/2008](#)



Reforma eleitoral I

Está disponível para análise e contribuições, o texto do anteprojeto de Lei de Reforma Eleitoral produzido pela Comissão Tripartite composta por representantes do Executivo, do Legislativo e da Sociedade Civil e coordenada pela SPM. Podem colaborar órgãos e entidades governamentais, organizações da sociedade civil e as demais pessoas interessadas por meio do endereço eletrônico anteprojeto reforma eleitoral@spm mulheres.gov.br. As contribuições serão recebidas até 02/04/2010 e encaminhadas ao Congresso Nacional com a proposição normativa elaborada pela Comissão.

Acesse na íntegra:

[Relatório da Comissão Tripartite](#)

[Anteprojeto de Lei Reforma Eleitoral](#)



Reforma eleitoral II

Centenário do Dia Internacional da Mulher III

Comissão Tripartite
Instalada em junho e com o relatório final apresentado em dezembro do ano passado, a comissão teve como objetivo revisar a Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, aprofundando e aprimorando a recente reforma política e a legislação vigente para garantir e ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. O trabalho da Comissão Tripartite está inserido II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que dispõe, no Capítulo 5, sobre a elaboração da proposta de revisão da lei de cotas no âmbito de uma comissão tripartite (Executivo, Legislativo e Sociedade Civil).



ACONTECEU

54ª Sessão da CSW

A ministra Nilcéa Freire, da SPM participou, neste mês, na sede da ONU, em Nova Iorque, da 54ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), órgão do trabalho econômico e social da Organização das Nações Unidas (ONU). Os principais temas debatidos foram: Implementação da Plataforma de Ação e sua relação com os objetivos de desenvolvimento do

Além do presidente Lula e da ministra da SPM, Nilcéa Freire, o evento

milênio; Perspectivas regionais sobre os progressos e desafios na implementação da Plataforma; Comemoração dos 30 anos da CEDAW; Fortalecimento econômico das mulheres no contexto da crise econômica e financeira global; Violência contra mulheres e; A situação e o papel dos mecanismos nacionais para igualdade de gênero. Além da programação oficial, foram realizados eventos paralelos, entre os quais o lançamento do Plano Operacional do UNAIDS para mulheres, meninas, igualdade de gênero e HIV. Na ocasião, em sua intervenção Nilcéa Freire falou sobre o esforço do governo brasileiro em tornar o preservativo feminino disponível e acessível à população.



Conferência das Mulheres Latino-americanas e Caribenhas

Durante a 54ª Sessão da CSW, a ministra Nilcéa Freire e as ministras dos países membros da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) aproveitaram a ocasião e se reuniram para preparar à XI Conferência das Mulheres Latino-americanas e Caribenhas, que será realizada em julho, em Brasília.



Programa Pró-Equidade de Gênero

contou com a presença da ministra-chefe da casa civil, Dilma

A SPM realizou, de 16 a 18 de março, na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, em Brasília, a 1ª Oficina Técnico-Pedagógica da 3ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que teve como objetivo a apresentação e discussão do novo processo de monitoramento do programa. O evento reuniu coordenadores dos comitês participantes da 3ª Edição do Programa. Nesta 3ª edição, houve um aumento de 97,2% no número de adesões. As organizações passaram de 36 na 2ª para 71 na 3ª edição. Além da ampliação do número de organizações, a heterogeneidade entre elas também é marcante.



Prêmio Heleoneida Studart

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, foi agraciada com o Prêmio Heleoneida Studart, promovido pela Secretaria de Mobilização Social e Integração Governamental (SEMOSIG), da Prefeitura de Mesquita-RJ. A cerimônia de premiação aconteceu às vésperas do Dia Internacional da Mulher, 5 de março. O prêmio, criado no ano passado, visa homenagear as mulheres que se destacaram na defesa e promoção da cidadania feminina local e nacionalmente. Este ano, além da ministra, outras

Rousseff, dos ministros da Saúde, José Gomes Temporão, do

doze mulheres receberam o prêmio. Heleoneida Studart foi escritora, jornalista, política e feminista. No período da Constituinte, Heleoneida participou do chamado "lobby do batom", para a inclusão dos direitos trabalhistas para a mulher, entre eles os 120 dias de licença maternidade.



Hospital da Mulher

No dia 7 de março, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o prefeito de São João do Meriti, Sandro Matos e o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, inauguraram o Hospital da Mulher, no município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. De acordo com o Governo do Estado, o Hospital da Mulher vai realizar cerca de quatro mil internações, 240 cirurgias ginecológicas e 600 cesarianas por ano e contará com 127 leitos, distribuídos em UTIs neonatal, pediátricas e enfermarias.



Expediente:

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do Meio Ambiente, Carlos Minc, da Justiça, Paulo Barreto, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, da Secretaria-Geral da

Presidência da República, Luiz Dulci, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Eloi Ferreira de Araújo, do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, da secretária Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, e da diretora de Gás e Energia da Petrobrás, Graça Silva Foster, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDIM), de representantes de movimentos sociais e outras autoridades.



Centenário do Dia Internacional da Mulher IV

Em seu pronunciamento a ministra Nilcéa Freire fez um balanço dos avanços e das conquistas, dos últimos sete anos, em prol das garantias dos direitos das mulheres. Ela lembrou da realização de duas edições da Conferência Nacional de Política para as Mulheres, convocadas pelo executivo federal e pelo CNDM, e a elaboração de dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, base do trabalho realizado pela Secretaria. A ministra registrou a importância da participação dos movimentos sociais e de mulheres no trabalho realizado pela SPM nos últimos anos. Também saudou todas as mulheres presentes e destacou a presença da patrona do feminismo no Brasil, a escritora Rose Marie Muraro, além de outras personalidades presentes que fizeram parte da história do feminismo no país, como Jacqueline Pitanguy, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



Centenário do Dia Internacional da Mulher V

Na ocasião, houve a assinatura de um acordo que prevê a entrega de carros e kits multimídias (dois computadores, uma impressora, uma câmera fotográfica ou filmadora, uma tela, um datashow e uma televisão) para 24 prefeituras do estado do Rio de Janeiro. Esses equipamentos serão doados pela SPM para fortalecer os organismos locais de políticas para as mulheres e chegarão aos municípios até o final de 2010.

Também foi anunciado o repasse de recursos para algumas das ações previstas no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado em 2007, e que conta com a adesão de 24 estados. O estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, receberá apoio para implantação de nove Centros de Referência de atendimento à mulher. No Amapá, os recursos serão aplicados no fortalecimento do Núcleo de Mulheres Vítimas de Escalpelamento.



Centenário do Dia Internacional da Mulher



Foto: _Helder Moraes Eduardo

Apresentações culturais

Fez parte da programação uma série de apresentações culturais, entre elas: os grupos Negras Raízes, Muganga das Filó, As Marias da Graça, Importuno Poético e o Coral Meninas de São Gonçalo. Merece destaque o grupo Muganga das Filó, cujas integrantes são servidoras da SPM. Fizeram muito sucesso os

desfiles do Projeto Amendoeiras, que capacita mulheres encarceradas a atuar no mundo da moda, como estilistas, costureiras e até modelos e o da Ação Comunitária do Brasil que trabalha com mulheres das comunidades da Maré e Cidade Alta em Cordovil. A Orquestra Lunar fez o encerramento das festividades. No repertório do grupo de mulheres, samba, bolero, baião, choro, maxixe e bossa nova.



Com todas as mulheres, por todos os seus direitos

Centenário do Dia Internacional da Mulher

Em comemoração ao 8 de março, a SPM lançou a publicação 'Com todas as mulheres, por todos os seus direitos'. A obra faz um resgate da trajetória das políticas que influenciaram mais significativamente a vida das mulheres brasileiras a partir da criação da Secretaria, em 2003. De acordo com a apresentação da ministra, nos últimos sete anos houve empenho "para promover mais autonomia e mais cidadania para as brasileiras, transformando demandas históricas dos movimentos feministas e de mulheres em políticas públicas e para mudar o vergonhoso panorama da violência sexista em nosso país".

[Leia a íntegra da publicação.](#)



Políticas para as mulheres em números I

Desde que foi criada, em 2003, a SPM articulou a promulgação de 46 novos instrumentos normativos em benefício das mulheres brasileiras, com destaque para a Lei Maria da Penha; a ampliação da licença-maternidade para 180 dias; e a minirreforma eleitoral. Nas ações de prevenção e enfrentamento à violência, destaca-se o número de atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. No total foram 923.878 registros entre 2006 e 2009.



Políticas para as mulheres em números II

Nos últimos sete anos, a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência teve um crescimento de 179% . Hoje, existem 68 casas-abrigo, 146 centros de referência, 56 Núcleos de Atendimentos Especializados da Defensoria Pública, 475 delegacias ou postos especializados de atendimento às mulheres, 147 juizados especializados ou varas adaptadas de violência doméstica e familiar contra a mulher, 19 núcleos de ministérios públicos estaduais especializados em violência, oito núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e sete serviços de responsabilização do agressor.



Políticas para as mulheres em números III

- Duas Conferências Nacionais que envolveram cerca de 320 mil mulheres de todos os estados e do Distrito Federal.
- Dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. O primeiro continha 199 ações, executadas por 19 órgãos do governo federal. O segundo tem 388 ações, executadas por 22 órgãos do governo federal, com recursos de R\$ 17,2 bilhões para quatro anos.
- 33% dos estados brasileiros (nove estados) possuem planos de políticas para mulheres lançados ou em processo de construção.
- Multiplicação por 20 do número de organismos governamentais de políticas para mulheres nos estados e municípios. Atualmente existem 22 organismos estaduais e mais de 300 organismos municipais.
- 89% dos estados brasileiros (24 estados) aderiram ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, sendo que 21 assinaram o Pacto Federativo.
- 51.396 profissionais da rede de atendimento à mulher em situação de violência, profissionais de educação e gestores estaduais e municipais foram capacitados nos temas de gênero, raça, etnia, violência, entre outros temas.
- 136 adesões de empresas e organizações participaram das três edições do Programa Pró-Equidade de

Gênero e 34 foram premiadas nas duas primeiras edições.

- 11.400 trabalhos inscritos, entre redações e artigos científicos, nas cinco edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e 303 pesquisas de universidade brasileiras de todas as regiões do país apoiadas em dois editais, com recursos da ordem de R\$ 6 milhões, como parte do Programa Mulher e Ciência, uma parceria do Ministério da Educação, CNPq, Unifem e SPM.

- Cadastrados, até 2007, 22 mil empreendimentos econômicos solidários, com participação 1,7 milhão de pessoas, sendo 700 mil mulheres, no Programa Economia Solidária, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho.

- Lançada em 2007, a Política Nacional de Planejamento Familiar que incluiu a prática da vasectomia na Política Nacional de Cirurgias Eletivas e disponibilizou anticoncepcionais em farmácias e drogarias do Programa Farmácia Popular, propiciando sua venda com preços até 90% mais baixos.

- Ampliação dos investimentos em contraceptivos pelo Ministério da Saúde, que alcançaram R\$ 100 milhões em 2007.

- Aumento para 443, em outubro de 2009, do número de hospitais que atendem situações de violência sexual contra mulheres e adolescente. Destes, 60 realizam o procedimento de aborto por razões médicas e legais.

- 25 mil mulheres organizadas em grupos produtivos beneficiadas através de 71 projetos financiados, com aporte de R\$ 16,6 milhões, por meio de chamadas públicas, realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- Aumento da participação das organizações protagonizadas por mulheres na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária para 22,9% na última edição, de 2008.

- O Pronaf Mulher contabilizou 10.854 contratos e um volume de quase R\$ 63 milhões emprestados na safra 2006/2007.

- 2.000 mutirões itinerantes em 2.368 municípios predominantemente rurais foram realizados para garantir a emissão de mais de 1,22 milhão de documentos, que beneficiaram em torno de 550 mil mulheres trabalhadoras rurais.



Prêmio Boas Práticas I

As inscrições para o "Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da lei Maria da Penha", foram prorrogadas até o dia 30 de abril. Criado no ano passado, pela SPM, em comemoração aos três anos da Lei, o objetivo do prêmio é estimular a correta aplicação da legislação. O prêmio será destinado a pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Podem concorrer integrantes ou instituições do sistema de justiça, dos executivos estaduais ou municipais, do sistema de segurança pública, da sociedade civil, de instituições acadêmicas, jornalistas e/ou órgãos de mídia.



Inscrições prorrogadas até 30/4/2010

SPM

Prêmio Boas Práticas II

São cinco as categorias disponíveis: Implantação de programas e políticas; Criação e implementação de serviços; Idealização ou realização de campanhas; Realização de estudos e pesquisas e; Realização de

matérias jornalísticas. As indicações devem ser feitas por meio do endereço eletrônico premioboaspraticasImp@spmulheres.gov.br. Os vencedores serão conhecidos em agosto, durante solenidade comemorativa à data de sanção da Lei Maria da Penha e receberão diploma e trabalho artístico. Confira aqui o [Ofício de Prorrogação do Prêmio Boas Práticas](#).



Enfrentamento à violência contra a mulher

A ministra Nilcéa Freire e o presidente da Petrobrás Distribuidora, José Lima de Andrade, anunciaram no dia 7 de março, a ampliação do programa 'Capacidade Máxima', que treina os profissionais da rede de postos Petrobrás. Por meio da parceria com a SPM, será incluída na grade de treinamento do programa um módulo sobre equidade de gênero e violência doméstica e familiar. A expectativa dos organizadores é capacitar nos próximos quatro anos, mais de 200 mil profissionais da rede de Petrobrás, em 23 estados e 640 municípios do país. Os profissionais também serão incentivados a divulgar o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Entrega de Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz I

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Congresso Nacional realizou, no dia 9 de março, solenidade de entrega da nona edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A sessão conjunta foi conduzida pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Fizeram parte da mesa as ministras da Casa Civil, Dilma Rousseff, e da SPM, Nilcéa Freire, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP); o presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, senador Marco Maciel (DEM-PE), e as coordenadoras das bancadas femininas na Câmara e no Senado, deputada Alice Portugal (PcdoB-BA) e senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).



Entrega de Diploma-Mulher Cidadã Bertha Lutz II

O Diploma foi instituído para agraciar mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no país. As premiadas desta nona edição foram Leci Brandão; Maria Augusta Tibiriça Miranda; Cleuza Pereira do Nascimento; Andréa Maciel Pachá; Clara Perelberg Steinberg; Fani Lerner (in memoriam); e Maria Lygia de Borges Garcia (homenagem especial). Bertha Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas.



Mulheres escarpeladas I

Foi lançada, no dia 11 de março, em Belém, a campanha para prevenção do escarpelamento na Amazônia. O objetivo é conscientizar barqueiros e ribeirinhos sobre os riscos de acidentes em embarcações que navegam com o eixo exposto. A ação vai se concentrar nos municípios de Breves, no Pará, e Santana, no Amapá, regiões onde mais ocorrem acidentes deste tipo. O mutirão vai promover a cobertura dos eixos dos motores de embarcações artesanais que fazem o transporte da população ribeirinha. A mobilização será realizada de 20 a 25 de março, em Breves, e de 23 a 30 de abril, em Santana. A Marinha do Brasil, em parceria com a comunidade local, vai instalar uma proteção de metal em centenas de eixos giratórios de pequenos barcos. O evento contou com a presença da ministra da SPM, Nilcéa Freire; da governadora do Pará, Ana Julia Carepa; do governador do Amapá, Waldez Góes; do presidente do Banco da Amazônia, Abdias Nascimento; do Defensor Público Geral da União, José Rômulo Plácido Sales e do Comandante do 4º Distrito Naval da Marinha do Brasil, Vice-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis, além de

representantes de órgãos federais, estaduais e municipais e de entidades não-governamentais. A iniciativa tem o apoio do Banco da Amazônia, Petrobras, Eletronorte, BR Distribuidora, Banco do Brasil, Governo do Pará, Governo do Amapá, Gabinete Pessoal da Presidência da República e a SPM, além de parceiros empresariais e da sociedade civil.



Mulheres escarpeladas II

As principais vítimas do escarpelamento são mulheres e crianças que, ao se aproximarem por acaso do eixo descoberto, têm seus cabelos repentinamente puxados e o couro cabeludo arrancado, provocando graves sequelas físicas e psicológicas ou até a morte. Em 2009, foram registrados 20 casos na Amazônia.



Mercado de trabalho I

O contingente médio anual de trabalhadores desocupados nas seis principais regiões metropolitanas do país caiu 28,7% entre 2003 e 2009. Esse movimento corresponde a 752 mil pessoas a menos em busca de trabalho. Por outro lado, a população ocupada aumentou 14% no mesmo período. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesses sete anos, também foi verificado um aumento contínuo de participação das mulheres no mercado de trabalho, embora elas ainda sejam minoria. Em 2003, as trabalhadoras representavam 43% da população ocupada, ou 8 milhões de pessoas. Em 2009, elas já correspondiam a 45,1% desse total, somando 9,6 milhões de pessoas. O aumento foi de 19,4%. No período, o crescimento para os homens foi de 9,8%.



Mercado de trabalho II

De acordo com o levantamento do IBGE, a expansão mais expressiva do total de trabalhadoras foi observada na região metropolitana de Salvador (32,4%). Já o Rio de Janeiro apresentou o menor percentual de crescimento, de 10,9%. A pesquisa também revelou que o contingente de trabalhadores com 50 anos ou mais de idade foi o que mais aumentou em sete anos (42%). Em 2009, eles representavam 20,9% da população ocupada. As pessoas com maior nível de escolaridade também vêm aumentando sua participação no mercado. Os trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo representavam 57,5% dos ocupados em 2009. Em 2003, eles eram 46,7% do total.



Câmara dos Deputados I

Nesta quarta-feira (17/03), a ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou da reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, atendendo a convite proposto por requerimento do Deputado Vanderlei Marcris (PSDB - SP). O objetivo foi a prestação de esclarecimentos sobre edital aberto pela SPM para a implementação de projeto de pesquisa sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010. O autor do requerimento se baseou em nota publicada em jornal de circulação nacional para supor que a pesquisa beneficiaria candidatos do governo nas próximas eleições.



Câmara dos Deputados II

Em reunião presidida pelo deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), 1º vice-presidente, Nilcéa Freire esclareceu que o projeto deverá conter proposta de pesquisa que abarque os seguintes eixos:

Comportamento/tendências do eleitorado; Candidaturas e candidatas/os e Monitoramento de mídia. E que seu caráter é estritamente acadêmico e investigativo. De acordo com o edital, o resultado da pesquisa deve ser debatido em um seminário, apenas após o término da eleição, em data a ser marcada até o final do ano. São chamados a participar núcleos e grupos de pesquisa de universidades públicas, fundações universitárias de pesquisa e/ou institutos de pesquisa, organizados em consórcio, que possuam comprovada habilidade e experiência em análises de gênero, especialmente na área de participação política. "A iniciativa, que não é uma pesquisa de opinião, faz parte da missão, do dever e do mandato da Secretaria que tem a obrigação de contribuir com a discussão do paradoxo que se criou entre a representatividade da mulher e sua participação nos espaços de poder e decisão", afirmou Nilcéa Freire. Ela lembrou que o teor do edital passou pelo crivo das consultorias jurídicas tanto da própria Secretaria quanto da Casa Civil que não detectaram aspectos que pudessem esbarrar na Lei Eleitoral e lamentou que a imprensa tivesse atribuído a ele um caráter eleitoral sem que se demonstrasse o mínimo conhecimento da proposta.



Câmara dos Deputados III

Compromisso público

Para assegurar que os dados da investigação não terão uso eleitoral, bem como não serão desviados para beneficiar quaisquer candidatos no pleito vindouro, risco apontado pelo deputado Marcris, a ministra firmou o compromisso de lavrar em cartório um documento em que a SPM e o instituto que for contratado garantirão o sigilo dos dados até o término do processo eleitoral. "Considero esta atitude louvável e um movimento em favor da democracia brasileira. Também gostaria de ver esses dados sendo divulgados amplamente e podendo ser usufruídos por todos que tenham interesse", afirmou o deputado Vanderlei Marcris. Nilcéa convidou, ainda, o deputado Marcris para compor a comissão de trabalho que acompanhará a contratação e o trabalho de pesquisa, demonstrando assim, o caráter transparente deste processo, bem como dos demais realizados pela SPM. Também participaram da reunião as deputadas Rebeca Garcia (PP-AM) e Luiza Erundina (PSB-SP) e os deputados Paulo César (PR-RJ) e José Guimarães (PT-CE).



Espanha legaliza aborto

O Senado da Espanha aprovou a legislação que libera o aborto até a 14ª semana de gestação, a chamada Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva da Interrupção Voluntária da Gravidez. Segundo a lei, a interrupção da gravidez é livre até 14ª semana e, até a 22ª condicionada ao risco à vida ou a saúde da gestante ou malformação do feto certificada por dois médicos. A nova legislação substitui a atual legislação de 1985, que na época da aprovação foi considerada relativamente liberal em uma sociedade de tradição fortemente católica como a da Espanha, por descriminalizar a interrupção da gestação em caso de estupro, grave malformação do feto e danos físico e psicológica da gestante. Agora, adolescentes entre 16 e 18 anos podem fazer o aborto sem a autorização dos pais, tendo que apenas comunicar sua decisão a um responsável.



Licença-maternidade I

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que aumenta de quatro para seis meses o período obrigatório da licença-maternidade, foi aprovada por unanimidade, em fevereiro, pela comissão especial que analisou o mérito da proposta na Câmara dos Deputados. A PEC precisa ainda que ser votada em dois turnos pelo plenário da Câmara e, posteriormente, deverá ser encaminhada à apreciação do Senado, onde também tem que ser aprovada em dois turnos para passar a integrar a Constituição e valer para todas as brasileiras. O texto apresentado pela relatora e aprovado pela comissão, altera a PEC original apresentada pela deputada Angela Portela (PT-RR), que previa de cinco para sete meses o período de estabilidade da

trabalhadora após o nascimento do filho. No final do ano passado, o governo federal regulamentou o Programa Empresa Cidadã, que prevê a ampliação voluntária da licença dos atuais quatro para seis meses. As empresas que aderirem voluntariamente ao programa e beneficiarem suas trabalhadoras, recebem incentivos fiscais. As regras permitem às empresas deduzir do IR os gastos com os dois meses extras de licença.



Aids: mais feminina e gay I

Os números mais recentes da aids no Brasil, divulgados pelo Ministério da Saúde, mostram que a epidemia, na década de 2000, comporta-se de forma diferente entre os jovens. Na população geral, a maior parte dos casos está entre os homens e, entre eles, a principal forma de transmissão é a heterossexual. Considerando somente a faixa etária dos 13 aos 24 anos, a realidade é outra. Na faixa etária de 13 a 19 anos, a maior parte dos registros da doença está entre as mulheres. Entre os jovens de 20 a 24 anos, os casos se dividem de forma equilibrada entre os dois gêneros. Para os homens dos 13 aos 24 anos, a principal forma de transmissão é a homossexual. Diversos fatores explicam a maior vulnerabilidade dos jovens para a infecção pelo HIV. Entre as meninas, as relações desiguais de gênero e o não reconhecimento de seus direitos, incluindo a legitimidade do exercício da sexualidade, são algumas dessas razões.



Aids: mais feminina e gay II

O aumento de casos de aids entre as mulheres se deu em todas as faixas etárias. Em 1986, a razão era de 15 casos de aids em homens para cada caso em mulheres, e a partir de 2002, a razão de sexo estabilizou-se em 15 casos em homens para cada 10 em mulheres. Na faixa etária de 13 a 19 anos, o número de casos de aids é maior entre as mulheres jovens. A inversão apresenta-se desde 1998, com oito casos em meninos para cada 10 casos em meninas. Entre 2000 e junho de 2009, foram registrados no Brasil 3.713 casos de aids em meninas de 13 a 19 anos (60% do total), contra 2.448 meninos. Na faixa etária seguinte (20 a 24 anos), há 13.083 (50%) casos entre elas e 13.252 entre eles. No grupo com 25 anos e mais, há uma clara inversão - 174.070 (60%) do total (280.557) de casos são entre os homens.



Aids: mais feminina e gay III

A Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População Brasileira, lançada pelo Ministério da Saúde em 2009, também ajuda a explicar a vulnerabilidade das jovens à infecção pelo HIV. De acordo com o estudo, 64,8% das entrevistadas entre 15 e 24 anos eram sexualmente ativas (havam tido relações sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa). Dessas apenas 33,6% usaram preservativos em todas as relações casuais, as que apresentam maior risco de infecção. Nos homens, 69,7% dos entrevistados eram sexualmente ativos. Entre eles, porém, o uso da camisinha é maior: 57,4% afirmaram ter usado em todas as relações com parceiros ou parceiras casuais.



Aids: mais feminina e gay IV

Na faixa etária de 13 a 19 anos, entre os meninos há mais casos de aids por transmissão homossexual (39,2%) do que heterossexual (22,2%), no ano de 2007. Essa tendência é diferente do que ocorre quando se observa todos os casos de aids adquiridos por transmissão entre homens - 27,4% homossexual e 45,1% heterossexual.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br